

Destaques da sessão plenária de 16 a 19 de janeiro de 2017, Estrasburgo

Eleição do novo presidente do Parlamento Europeu

Na terça-feira, 17 de janeiro, os eurodeputados vão eleger o novo presidente do Parlamento Europeu. A sessão terá início às 9h00 e será presidida pelo presidente cessante, Martin Schulz. Cada um dos candidatos ao cargo fará uma apresentação de três minutos no hemiciclo de Estrasburgo, seguindo-se a votação por escrutínio secreto. Na quarta-feira, os parlamentares vão eleger os 14 vice-presidentes e os cinco questores. Os mandatos têm uma duração de dois anos e meio.

3

Debate sobre as prioridades da presidência maltesa do Conselho da UE

O primeiro-ministro de Malta, Joseph Muscat, vai apresentar aos eurodeputados as prioridades da presidência rotativa do Conselho para este semestre: a migração, o mercado único, a segurança, a inclusão social, a vizinhança da Europa e o setor marítimo. A presidência maltesa será também pautada pelo objetivo de restabelecer a confiança na UE e pela necessidade de reflexão sobre o futuro do projeto europeu.

6

Debate com Tusk e Katainen sobre a última cimeira europeia e os desafios para 2017

Na quarta-feira, às 15h00, os eurodeputados vão debater com o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, e o vice-presidente da Comissão, Jyrki Katainen, as conclusões da última cimeira dos líderes europeus, realizada em 15 de dezembro, e os desafios da UE em 2017. A migração, a segurança e defesa, o emprego dos jovens, o investimento, o Brexit e as relações externas deverão ser alguns dos assuntos abordados no debate.

7

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Na quinta-feira, o PE vai debater e votar um relatório da eurodeputada socialista Maria João Rodrigues sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. A relatora propõe, por exemplo, que seja adotada uma diretiva sobre condições de trabalho decentes para todas as formas de emprego, incluindo os contratos atípicos, medidas de combate à pobreza infantil e à exclusão económica dos jovens, investimento social e o fim dos estágios profissionais não remunerados.

8

Eurodeputados querem nova lista de países de risco de branqueamento de capitais

As comissões parlamentares dos Assuntos Económicos e Monetários e das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos vão recomendar ao plenário que

rejeite a lista proposta pela Comissão dos países terceiros de risco elevado de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Os parlamentares consideram que a lista é demasiado restritiva e pedem à Comissão que seja mais ambiciosa, incluindo também as jurisdições que podem estar envolvidas em crimes fiscais. 10

Outros assuntos em destaque

Imposto sobre as transações financeiras / Ajuda de emergência aos refugiados e migrantes / Economia europeia dos dados 12

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/agenda/briefing/2017-01-16>

Mais informação

[Agenda da sessão plenária](#)

[Pode assistir em direto à sessão plenária através do EP Live](#)

[Conferências de imprensa e outros eventos](#)

[EuroparTV](#)

[Material Audiovisual](#)

[EP Newshub](#)

[Podcasts do Serviço de Estudos do Parlamento Europeu](#)

Contactos

Isabel Teixeira NADKARNI

Serviço de Imprensa

☎ (+32) 2 28 32198 (BXL)

☎ (+33) 3 881 76758 (STR)

☎ (+32) 498 98 33 36

✉ isabel.nadkarni@europarl.europa.eu

Eleição do novo presidente do Parlamento Europeu

Na terça-feira, 17 de janeiro, os eurodeputados vão eleger o novo presidente do Parlamento Europeu. A sessão terá início às 9h00 e será presidida pelo presidente cessante, Martin Schulz. Cada um dos candidatos ao cargo fará uma apresentação de três minutos no hemiciclo de Estrasburgo, seguindo-se a votação por escrutínio secreto. Na quarta-feira, os parlamentares vão eleger os 14 vice-presidentes e os cinco questores. Os mandatos têm uma duração de dois anos e meio.

Até ao momento, são sete os candidatos à presidência do Parlamento Europeu (por ordem alfabética do último nome):

- Eleonora Forenza - Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (CEUE/EVN), Itália
- Jean Lambert - Verdes/Aliança Livre Europeia (Verdes/ALE), Reino Unido
- Gianni Pittella - Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D), Itália
- Laurențiu Rebegea - Europa das Nações e da Liberdade (ENF), Roménia
- Helga Stevens - Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), Bélgica
- Antonio Tajani - Partido Popular Europeu (PPE), Itália
- Guy Verhofstadt - Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ALDE), Bélgica

As candidaturas podem ser apresentadas por um grupo político ou por um mínimo de 38 deputados. De acordo com o novo Regimento do PE, aprovado em dezembro, podem ser apresentadas novas candidaturas antes de cada uma das voltas do escrutínio, exceto na quarta volta, em que apenas poderão concorrer os dois candidatos que na terceira volta tenham obtido maior número de votos.

A eleição processa-se por escrutínio secreto. Para ser eleito à primeira volta, um candidato tem de obter a maioria absoluta dos votos expressos válidos, ou seja, metade mais um.

Se nenhum candidato for eleito, será realizada uma segunda volta com os mesmos candidatos ou outros, nas mesmas condições. Isto pode ser repetido numa terceira volta.

Se, no terceiro escrutínio, nenhum dos candidatos for eleito, só poderão candidatar-se à quarta volta os dois candidatos que na terceira volta tenham obtido maior número de votos, sendo

eleito o candidato mais votado (em caso de empate, será eleito o candidato mais idoso).

O presidente do PE dirige as atividades da instituição, preside às sessões plenárias, declara o orçamento da UE aprovado e assina, juntamente com o presidente do Conselho, os atos legislativos adotados de acordo com o processo de codecisão. Cabe-lhe também, entre outras funções, representar o PE na cena internacional, em cerimónias oficiais e nas relações com as outras instituições europeias.

O presidente cessante, Martin Schulz, presidirá à sessão até ser proclamada a eleição do novo presidente.

Eleição dos 14 vice-presidentes e dos cinco questores Todos os cargos eleitos do PE, como o de presidente, vice-presidente e questor, são renovados de dois anos e meio em dois anos e meio, ou seja, uma vez no início da legislatura (na sessão plenária de 1 a 3 de julho de 2014, após as últimas eleições europeias) e outra a meio dos cinco anos (neste caso, na sessão de 16 a 19 de janeiro de 2017).

A eleição dos 14 vice-presidentes e dos cinco questores realiza-se no dia 18 de janeiro. As candidaturas a estes cargos podem também ser apresentadas por um grupo político ou por um mínimo de 38 deputados.

Os vice-presidentes podem substituir, quando necessário, o presidente nas suas funções, incluindo presidir às sessões plenárias. Também são membros da Mesa, o órgão responsável por todas as questões administrativas, de pessoal e organizacionais do PE. Os questores tratam das questões administrativas que afetam diretamente os eurodeputados.

Nomeação dos membros das 22 comissões parlamentares A lista dos eurodeputados que vão integrar as 22 [comissões parlamentares permanentes](#) vai ser votada em plenário na quinta-feira. Os membros de cada comissão serão nomeados pelos grupos políticos e pelos deputados não inscritos.

As comissões parlamentares vão eleger os respetivos presidentes e vice-presidentes nas primeiras reuniões após a sessão plenária, que se realizam em Bruxelas.

Eleição do presidente do PE: 17/01/2017

Eleição dos vice-presidentes e dos questores do PE: 18/01/2017

Mais informação

[Nota explicativa sobre a eleição do presidente, dos vice-presidentes e dos questores do PE](#)

[Material audiovisual](#)

[Regimento do PE \(nova versão, aprovada em 13 de dezembro de 2016\)](#)

Debate sobre as prioridades da presidência maltesa do Conselho da UE

O primeiro-ministro de Malta, Joseph Muscat, vai apresentar aos eurodeputados as prioridades da presidência rotativa do Conselho para este semestre: a migração, o mercado único, a segurança, a inclusão social, a vizinhança da Europa e o setor marítimo. A presidência maltesa será também pautada pelo objetivo de restabelecer a confiança na UE e pela necessidade de reflexão sobre o futuro do projeto europeu.

É a primeira vez que Malta, que aderiu à UE em 2004, assume a presidência do Conselho. O debate em plenário realiza-se na quarta-feira de manhã.

Debate: 18/01/2017

Mais informação

[Sítio Web da presidência maltesa do Conselho da UE](#)
[Presidência rotativa do Conselho da UE](#)

Debate com Tusk e Katainen sobre a última cimeira europeia e os desafios para 2017

Na quarta-feira, às 15h00, os eurodeputados vão debater com o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, e o vice-presidente da Comissão, Jyrki Katainen, as conclusões da última cimeira dos líderes europeus, realizada em 15 de dezembro, e os desafios da UE em 2017. A migração, a segurança e defesa, o emprego dos jovens, o investimento, o Brexit e as relações externas deverão ser alguns dos assuntos abordados no debate.

Debate: 18/01/2017

Mais informação

[Conclusões da reunião do Conselho Europeu de 15 de dezembro de 2016](#)

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Na quinta-feira, o PE vai debater e votar um relatório da eurodeputada socialista Maria João Rodrigues sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. A relatora propõe, por exemplo, que seja adotada uma diretiva sobre condições de trabalho decentes para todas as formas de emprego, incluindo os contratos atípicos, medidas de combate à pobreza infantil e à exclusão económica dos jovens, investimento social e o fim dos estágios profissionais não remunerados.

“Há hoje muitos cidadãos europeus que se sentem desprotegidos face à concorrência global, à revolução digital e às políticas de austeridade. Com este Pilar Europeu dos Direitos Sociais pretendemos reativar a União Europeia como escudo protetor, garantindo direitos sociais de base para todos quando se definem acordos comerciais, a política orçamental ou a regulação do mercado de trabalho”, disse Maria João Rodrigues.

“Apresentamos um conjunto de propostas concretas na defesa dos trabalhadores e cidadãos europeus, em particular dos jovens, contra as políticas de austeridade e contra a precariedade, através do investimento em mais e melhor emprego e em serviços que permitam a melhoria das condições de vida. Só assim o projeto europeu voltará a fazer sentido para os seus cidadãos. Este Pilar Social vai ter de ser inscrito no Roteiro para a União Europeia aprovar no Conselho Europeu de março, numa altura que assinalamos os 60 anos do Tratado de Roma”, acrescentou a eurodeputada.

Maria João Rodrigues propõe que seja dada prioridade ao investimento social (educação, formação, emprego e serviços sociais) através da criação de novos instrumentos financeiros da UE e da mobilização dos já existentes.

No relatório aprovado na comissão parlamentar do Emprego e dos Assuntos Sociais, os eurodeputados solicitam ao executivo comunitário que apresente uma proposta de diretiva sobre condições de trabalho decentes para todas as formas de emprego, incluindo os contratos “atípicos”, assegurando a cada trabalhador um conjunto essencial de direitos.

A comissão parlamentar recomenda também medidas de fundo para combater a pobreza infantil, com a criação de uma “Garantia para as Crianças”, e a exclusão económica dos jovens, através do reforço da “Garantia para a Juventude”.

A relatora quer ver os salários mínimos a convergir para pelo menos 60 % do salário mediano nacional e o fim dos estágios profissionais não remunerados e dos contratos de "zero horas".

O relatório defende ainda a introdução de uma "Garantia de Qualificações", que possibilite uma maior integração no mercado de trabalho de jovens e desempregados de longa duração, e a apresentação de propostas legislativas a nível europeu sobre licença parental.

Debate: 19/01/2017

Votação: 19/01/2017

Processo: relatório de iniciativa

Relatora: Maria João Rodrigues (S&D, PT)

Mais informação

[Relatório sobre um Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#)

[Página de Maria João Rodrigues \(S&D, PT\) no sítio Web do Parlamento Europeu](#)

[Página Web da Comissão sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#)

Eurodeputados querem nova lista de países de risco de branqueamento de capitais

As comissões parlamentares dos Assuntos Económicos e Monetários e das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos vão recomendar ao plenário que rejeite a lista proposta pela Comissão dos países terceiros de risco elevado de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Os parlamentares consideram que a lista é demasiado restritiva e pedem à Comissão que seja mais ambiciosa, incluindo também as jurisdições que podem estar envolvidas em crimes fiscais.

A diretiva europeia antibranqueamento de capitais, aprovada em 2015, estabelece que a Comissão deve identificar os “países terceiros de risco elevado” que apresentem deficiências estratégicas nos respetivos regimes antibranqueamento de capitais e de combate ao financiamento do terrorismo que constituam uma ameaça significativa para o sistema financeiro da UE.

Em julho do ano passado, a Comissão apresentou um projeto de ato delegado que identifica, pela primeira vez, os países terceiros de risco elevado. Esta lista é relevante dado que, com base na identificação feita pela Comissão, as entidades abrangidas pela diretiva antibranqueamento de capitais devem aplicar medidas de diligência reforçada quanto à clientela ao estabelecerem relações de negócio ou ao efetuarem transações com pessoas singulares ou entidades jurídicas estabelecidas nos países designados.

“A maioria dos membros das duas comissões parlamentares considera que a lista dos países terceiros de risco elevado apresentada pela Comissão é completamente inadequada. Esta lista é muito limitada. Nem sequer menciona as jurisdições fiscais não cooperantes e não tem em conta as revelações dos Documentos do Panamá”, disse uma das autoras da resolução que vai ser votada em plenário, Judith Sargentini (Verdes/ALE, NL).

“Queremos que a Comissão seja mais ambiciosa e que não se limite a copiar a lista elaborada pelo Grupo de Ação Financeira Internacional”, acrescentou a eurodeputada.

Algumas disposições da quarta diretiva antibranqueamento de capitais estão atualmente a ser revistas. Os relatores do Parlamento Europeu pretendem alargar os critérios nos quais a avaliação da Comissão se deve basear para melhor identificar os países terceiros de risco

elevado.

Votação: 19/01/2017

Processo: comitologia (ato delegado)

Mais informação

[Projeto de ato delegado da Comissão Europeia](#)

[Proposta de resolução das comissões parlamentares dos Assuntos Económicos e Monetários e das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos](#)

[Diretiva \(UE\) 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo](#)

[Comunicado de imprensa - Parlamento Europeu aprova novas regras para combater branqueamento de capitais e crimes fiscais \(20 de maio de 2015\)](#)

Outros assuntos em destaque

Imposto sobre as transações financeiras / Ajuda de emergência aos refugiados e migrantes / Economia europeia dos dados

- **Ponto da situação sobre as negociações relativas a um imposto sobre as transações financeiras** - debate com o Conselho na quarta-feira
- **Ajuda de emergência aos refugiados e migrantes que enfrentam condições meteorológicas severas nos campos europeus** - debate com o Conselho e a Comissão na quinta-feira
- **Criação de uma economia europeia dos dados** - debate com a Comissão na quinta-feira